

DIREITOS HUMANOS, ÉTICAS E ENSINO PARA POLICIAIS MILITARES

HUMAN RIGHTS, ETHICS, AND EDUCATION FOR MILITARY POLICE

Melquisedeque Martins da Costa *
Levi Santos Pereira **

RESUMO

A integração de conhecimentos sobre direitos humanos, ética e práticas policiais é essencial para construir uma força policial que atue de forma justa, eficiente e respeitosa, promovendo a segurança e a harmonia na sociedade. O objetivo é analisar as propostas de ações de direitos humanos voltadas para os ingressantes no curso de formação de policiais militares por meio de estudos literários e pesquisas em corporações policiais. A pesquisa adotada refere-se a uma pesquisa de campo, com uma abordagem quantitativa, no qual terá como foco coletar dados mensuráveis e estatisticamente analisáveis. Optou-se também por uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com 31 pessoas entrevistadas formandos do pelotão Echo da 4ª Companhia. Conclui-se que a conscientização, treinamento adequado e a implementação de diretrizes claras são fundamentais para promover uma cultura organizacional que respeite os direitos fundamentais e fortaleça a confiança da comunidade na Polícia Militar.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Ética. Formação. Polícia Militar.

ABSTRACT

The integration of knowledge about human rights, ethics, and police practices is essential to build a police force that operates fairly, efficiently, and respectfully, promoting safety and harmony in society. The aim is to analyze proposals for human rights actions aimed at recruits in the military police training course through literary studies and research in police organizations. The adopted research refers to a field research with a quantitative approach, focusing on collecting measurable and statistically analyzable data. A bibliographic and field research was also chosen, with 31 interviewed individuals from the Echo platoon of the 4th Company. It is concluded that awareness, adequate training, and the implementation of clear guidelines are essential to promote an organizational culture that respects fundamental rights and strengthens community trust in the Military Police.

Keywords: Human Rights. Ethics. Training. Military Police.

* Aluno do Curso de Formação de Praças (PMGO), Turma Eco, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: melquimartins2014@gmail.com

** Professor orientador, Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). – GO, 2023.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre direitos humanos, atividade policial e ética é de extrema importância, pois envolve a garantia dos direitos fundamentais tanto dos cidadãos quanto dos próprios policiais militares. No contexto da segurança pública, há um desafio constante em equilibrar a manutenção da ordem e a garantia dos direitos humanos. A atuação policial envolve situações em que é necessário agir com ética e dentro dos parâmetros legais.

A atuação policial tem um impacto direto na percepção da segurança pública pela população. Quando ocorrem abusos policiais ou violações de direitos, isso pode erodir a confiança da população nas forças de segurança, o que é prejudicial para o funcionamento adequado das instituições e para o cumprimento eficaz da lei (OLIVEIRA, 2019).

Diante da análise de situações em que policiais militares sofrem violações de direitos humanos e das circunstâncias em que o trabalho policial pode promover violações é fundamental para identificar lacunas na formação, no treinamento e nas políticas de atuação da polícia. Assim, a promoção de uma cultura ética dentro das academias requer o máximo de esmero. Vale destacar que os direitos humanos e posicionamento ético do policial acaba por fornecer insights valiosos sobre boas práticas, estratégias de prevenção e abordagens éticas. Isso pode ajudar a identificar soluções inovadoras para desafios específicos enfrentados pelas polícias brasileiras.

Os métodos e procedimentos incluem a delimitação do tema em pesquisa que aborda questões que são fundamentais para a melhoria da atuação policial, a promoção dos direitos humanos e a construção de uma relação de confiança entre a polícia e a sociedade. Pesquisa tem como base estudos comparados, entrevistas, e revisão de realizada de forma mais eficaz, justa e com ética.

Sabe-se que a sociedade é diretamente afetada pela atuação da polícia. Quando a polícia opera dentro dos limites éticos e respeita os direitos humanos, a confiança da população nas forças de segurança é fortalecida.

Assim, justifica-se a escolha da linha de pesquisa “Direitos humanos, ética e ensino policial militar”, uma vez que o tema é fundamental para a Polícia Militar, que está comprometida com a promoção e proteção dos direitos humanos. Isso ajuda a prevenir abusos e violações dos direitos das pessoas que estão sob a jurisdição policial.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa foi: como os ingressantes a polícia militar do estado de Goiás compreendem as propostas de ações de direitos humanos voltadas para as carreiras de policiais militares no ambiente de formação da Polícia Militar?

O objetivo foi analisar as propostas de ações de direitos humanos voltadas para os ingressantes no curso de formação de policiais militares por meio de estudos literários e pesquisas em corporações policiais. Os objetivos específicos foram: investigar situações descritas por indivíduos em curso de formação militar sobre as interpretações de situações de violação de direitos humanos sofridas por policiais militares, realizar estudos, descrever as abordagens de prevenção de violações de direitos humanos, identificando melhores práticas no âmbito policial e por fim analisar a eficácia das propostas de prevenção e promoção dos direitos humanos e da ética na atuação policial.

O texto será estruturado em forma descritiva e crítica no qual primeiramente haverá uma explanação dos métodos e procedimentos, aliada a fundamentação teórica e concomitantemente será exposto os resultados da pesquisas e a discussão do tema em destaque.

REVISÃO DE LITERATURA

A Formação de Policiais Militares e os Desafios dos Direitos Humanos

A formação de policiais militares é uma parte fundamental do processo de preparação desses profissionais para o exercício de suas funções na segurança pública. Ela envolve a compreensão do ambiente, dos desafios e das responsabilidades que os policiais militares enfrentarão ao longo de suas carreiras (OLIVEIRA, 2019).

Sabe-se que o Brasil é um país que enfrenta diversos desafios relacionados à segurança pública, como crimes violentos, tráfico de drogas, criminalidade organizada e outros. Esses desafios tornam a formação de policiais militares uma questão de extrema importância para a manutenção da ordem pública e o bem-estar da sociedade (ALMEIDA, 2020).

Os policiais militares operam dentro do marco legal estabelecido pela Constituição e pelas leis do país. A formação inclui o estudo dessas leis e a compreensão dos direitos humanos. Isso é fundamental para garantir que a atuação policial seja pautada pelo respeito aos direitos individuais e coletivos. Além disso, a formação também deve acompanhar os avanços tecnológicos e as novas abordagens de policiamento. Isso inclui o treinamento no uso de equipamentos modernos, como câmeras de corpo, sistemas de comunicação avançados e análise de dados para tomada de decisões (LIMA, 2022).

A formação de policiais militares não se encerra no curso de formação inicial. É um processo contínuo ao longo da carreira, com atualizações regulares para acompanhar as mudanças na sociedade, na legislação e nas técnicas policiais (SOUZA, 2021).

Neste contexto, vale destacar que a formação de policiais militares é um processo complexo e abrangente que busca preparar esses profissionais para enfrentar os desafios complexos da segurança pública. A contextualização desse processo considera a realidade do país, os direitos humanos, a tecnologia e as habilidades interpessoais necessárias para uma atuação eficaz e ética. Ela desempenha um papel crucial na construção de uma força policial capaz de promover a segurança e o bem-estar da sociedade (MARTINS, 2022).

Violência, Direitos Humanos e Formação de Policiais Militares

A relação entre violência, direitos humanos e a formação de policiais militares é um tema complexo e de extrema relevância, que merece uma análise aprofundada. Este contexto envolve múltiplos aspectos que influenciam diretamente a atuação das forças policiais e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos (ZENAIDE, 2022).

A violência é um fenômeno que frequentemente está no centro das atividades policiais. Policiais militares são chamados para lidar com situações de conflito, crimes violentos e situações de risco à segurança pública. No entanto, a maneira como essa violência é abordada e controlada é essencial para garantir que os direitos humanos sejam respeitados (OLIVEIRA, 2022).

Em muitas partes do mundo, a violência policial tornou-se uma preocupação significativa. Violações de direitos humanos, abusos de poder e uso excessivo da força por parte de policiais militares são questões que despertam a atenção de organizações de direitos humanos e da sociedade civil. A formação adequada é fundamental para prevenir e corrigir esses abusos (FAGUNDES, 2019).

Os policiais militares frequentemente se encontram em situações críticas e de alto estresse. A formação deve incluir treinamento específico para situações de risco, enfatizando o uso proporcional da força e a proteção dos direitos dos envolvidos. Assim, a formação também deve abordar a importância do controle externo e da responsabilização dos policiais militares. Isso envolve a existência de mecanismos eficazes para investigar e punir abusos, bem como garantir a transparência nas ações policiais (ROSA, 2020).

Pesquisas destacam que a relação entre violência, direitos humanos e formação de policiais militares fazem parte da construção de forças policiais responsáveis e éticas. A formação adequada desempenha um papel essencial na prevenção de abusos, na promoção dos direitos humanos e na construção de uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade que serve. Portanto, é fundamental que os programas de formação abordem de forma abrangente e consistente essas questões complexas (ALMEIDA, 2020).

Prevenção e Promoção de Direitos Humanos na Formação Policial

A prevenção e promoção dos direitos humanos na formação policial representam um elemento essencial para garantir que os profissionais de segurança pública atuem de maneira ética, legal e respeitosa em todas as situações. Essa dimensão da formação visa a preparar os policiais militares para compreender, valorizar e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, ao mesmo tempo em que cumprem suas obrigações de manter a ordem e a segurança pública (ROSA, 2020).

Quanto ao Conhecimento dos Direitos Humanos, o primeiro passo na formação policial é fornecer aos recrutas um sólido conhecimento sobre os direitos humanos. Isso inclui o estudo das convenções internacionais, leis nacionais e locais que protegem esses direitos, bem como a compreensão dos princípios fundamentais, como a igualdade, a não discriminação e o direito à vida e à liberdade (CERQUEIRA, 2021).

Cabe aos policiais militares aprender a respeitar a diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e outras características da comunidade que servem. A formação deve promover a compreensão e a sensibilidade em relação a essas diferenças, evitando a discriminação e o preconceito (SANTOS, 2023).

Inexoravelmente um dos aspectos mais críticos da formação é o treinamento sobre o uso da força. Os policiais devem entender que o uso da força é uma medida extrema e só deve ser empregado quando estritamente necessário e de forma proporcional à ameaça enfrentada. O respeito aos direitos humanos é fundamental nesse contexto (BELMONTE, 2022).

A promoção dos direitos humanos está relacionada a uma abordagem de policiamento comunitário. Isso envolve o estabelecimento de relações de confiança com a comunidade, ouvindo suas preocupações e trabalhando juntos para resolver problemas de segurança de maneira colaborativa e com ética profissional. A ética profissional é um componente-chave da formação policial. Os policiais devem ser instruídos sobre a importância da integridade, da imparcialidade e da responsabilidade em seu trabalho diário (CERQUEIRA, 2021).

A prevenção e promoção dos direitos humanos na formação policial são fundamentais para construir uma força policial responsável, ética e eficaz. Essa abordagem não apenas protege os direitos dos cidadãos, mas também contribui para o fortalecimento da confiança entre a polícia e a comunidade que serve, o que é essencial para a manutenção da ordem pública e da segurança. Portanto, é imperativo que os programas de formação abordem esses princípios de maneira abrangente e consistente (ROSA, 2020).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotada refere-se a uma pesquisa de campo, com uma abordagem quantitativa, no qual terá como foco coletar dados mensuráveis e estatisticamente analisáveis. Optou-se também por uma pesquisa bibliográfica para robustecer o referencial teórico, contrapondo os pensamentos e debates que envolvem o tema ética, direitos humanos e formação militar.

A população-alvo da pesquisa é composta por 31 formandos do pelotão Echo da 4ª Companhia. A amostra visa ter a representativa da população total, visando incluir participantes que representem uma variedade de características e experiências.

A coleta de dados incluirá a aplicação de questionários fechados e perguntas abertas em horários preestabelecidos e com autorização do comandante da Companhia. A aplicação do questionário será conduzida de forma individual com um subconjunto da amostra, visando obter informações qualitativas e detalhadas sobre as percepções dos formandos em relação a questões éticas, violações de direitos e propostas de prevenção.

Para analisar as respostas aos questionários sobre os direitos humanos, éticas e ensino para policiais militares, foi importante seguir um processo de sistematização dos achados empíricos, com a análise de cada categoria, observando tendências, padrões e informações relevantes nas respostas dos questionários.

O questionário (Anexo II) contém sete questões fechadas e cinco abertas. A todos os 31 formandos do pelotão Echo será oportunizado a assinatura do TCLE (Anexo I) poderão responder ao questionário com perguntas específicas relacionadas ao tema da pesquisa. Esse método permitirá a coleta de dados quantitativos que podem ser analisados estatisticamente e com triangulações de dados.

Levando em consideração a referência aos autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados nessa discussão optou-se por uma análise de dados triangulada. De acordo com Santos (2020) a triangulação de dados é uma abordagem de pesquisa que envolve

a coleta e análise de informações de múltiplas fontes ou métodos para obter uma compreensão mais abrangente e confiável de um determinado tópico.

A pesquisa será conduzida ao longo de um período de três meses, iniciando em setembro de 2023 até novembro de 2023. O local da pesquisa será no pelotão Echo da 4ª Companhia, onde os formandos estão em treinamento.

Os dados coletados por meio das entrevistas serão analisados utilizando análise de conteúdo qualitativa. As transcrições das entrevistas serão categorizadas e temas emergentes serão identificados. Os dados dos questionários fechados serão analisados quantitativamente. Serão realizadas análises estatísticas descritivas para resumir as respostas e identificar padrões e tendências.

Antes de iniciar a coleta de dados, serão obtidas as devidas autorizações e consentimentos dos participantes. A pesquisa seguirá os princípios éticos de respeito à privacidade, anonimato e confidencialidade das informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

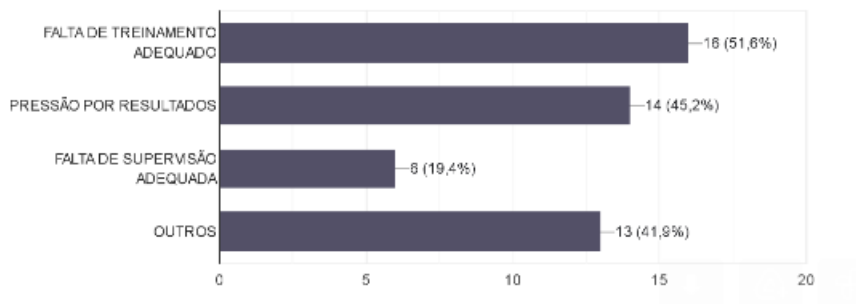
Com base nas respostas fornecidas às perguntas do questionário sobre os direitos humanos, éticas e ensino para policiais militares foi possível destacar as seguintes respostas:

Em relação à sua percepção sobre a importância das propostas de ações de direitos humanos para policiais militares, a avaliação dos respondentes sobre o grau de concordância com a afirmação: "Propostas de ações de direitos humanos são fundamentais para promover uma atuação policial mais ética e respeitosa" conforme a pesquisa foi identificado que 15 entrevistados (45,16%) concordaram plenamente, enquanto que 12 (38,71%) concordaram parcialmente e 4 (12,90%) dos entrevistados se colocaram neutros.

Na segunda questão que destacou se os entrevistados testemunharam ou participaram de situações em que a atividade policial resultou em violações de direitos e garantias fundamentais, os resultados destacaram que 20 (65%) afirmaram que sim e 11 (35%) afirmaram que não. Isso reflete os resultados revelam que uma grande maioria (64,4%) dos entrevistados afirmou ter testemunhado ou participado de situações em que a atividade policial resultou em violações de direitos humanos. Isso sugere que as violações de direitos são uma realidade significativa no cotidiano dos policiais militares, o que é um fator importante a ser considerado no contexto da ética policial.

Quanto aos fatores contextuais que podem contribuir para que a atividade policial promova violações de direitos humanos, segundo o gráfico 1 as opções tiveram os seguintes resultados

Gráfico 1 - Violação dos direitos humanos



Fonte: próprio autor, 2023

Isso implica que 16 das respostas (51,6%) assinalaram a falta de treinamento adequado, 14 (45,2%) a pressão por resultados, 8 (19,4%) a falta de supervisão adequada e 13 (41,9%) assinalaram outros motivos.

Também foi questionado qual o papel da ética na atividade policial e sua relação com a promoção dos direitos humanos, de acordo com o gráfico 2 abaixo

Gráfico 2- Ética e polícia



Fonte: próprio autor, 2023

Os dados refletem que dentre os respondentes 27 (87,1%) acreditam que a ética tem influência na atividade policial ou nos direitos humanos. A maioria reconhece a relevância da ética em suas funções. Isso é um sinal positivo de que muitos profissionais da área compreendem o valor de conduzir suas atividades com integridade, respeitando os princípios éticos e os direitos humanos.

Segundo o gráfico 3 em relação a concordância se a formação inicial dos policiais militares deve abordar de forma mais abrangente os temas de direitos humanos e ética as respostas dos entrevistados destacaram que 22 (71%) concordaram que isso melhoraria a atuação dos policias.

Gráfico 3 – Formação educacional militar e direitos humanos e ética



Fonte:próprio autor, 2023

No gráfico 3 destaca-se que 22 (71%) concorda totalmente, pois isso melhoraria a situação dos policiais e atuação de todos, já 5 (16,1%) concorda parcialmente, pois isso pode ser útil, mas não é essencial para a solidificação dos direitos humano, e 3 entrevistados (9,7%) discorda, pois a formação já abrange aspectos suficientes e não é necessário.

No questionário foi destacado a seguinte arguição: a partir de sua vivência, qual ação você considera a mais eficaz para promover direitos humanos e ética na atividade policial? Diante desse questionamento A análise dos dados coletados nas respostas à pergunta sobre a ação mais eficaz para promover direitos humanos e ética na atividade policial revela uma série de percepções e opiniões dos próprios policiais sobre como melhorar a atuação policial em relação a esses princípios fundamentais.

Primeiramente, a promoção de aulas e debates voltados ao tema é apontada como uma estratégia eficaz. Isso sugere que os policiais reconhecem a importância da educação continuada e do diálogo para compreender a complexidade dos direitos humanos e da ética em seu trabalho.

A menção ao policiamento comunitário e à obediência às leis destaca a necessidade de uma abordagem mais orientada para o serviço público, na qual os policiais trabalham em estreita colaboração com a comunidade. Isso não apenas contribui para uma atuação mais ética, mas também envolve a comunidade na aplicação das leis, promovendo o respeito aos direitos humanos.

A preparação e o treinamento adequados são destacados, indicando que os policiais reconhecem a importância da formação inicial e contínua para capacitar sua atuação de acordo com padrões éticos e de direitos humanos.

A menção a "treinamento específico" destaca a necessidade de programas de formação especializada, que podem ser direcionados para questões éticas e de direitos humanos, capacitando os policiais a lidar com situações complexas.

A sugestão de abordagens pró-ativas para a prevenção do crime, em vez de ações puramente repressivas, demonstra um entendimento de que a promoção dos direitos humanos e da ética envolve a abordagem de raízes mais profundas dos problemas.

A conscientização no meio policial é mencionada, indicando a necessidade de uma mudança cultural interna, na qual os próprios policiais compreendam e valorizem os princípios éticos e de direitos humanos. Já a integração entre a polícia e a comunidade é vista como uma ação eficaz. Essa resposta aponta para a necessidade de um relacionamento mais próximo e colaborativo entre os policiais e a comunidade que servem. A menção a "um bom treinamento" enfatiza a importância de formação adequada, além de treinamento de qualidade que aborde diretamente questões éticas e de direitos humanos.

É importante considerar que essas respostas refletem as aspirações e opiniões dos próprios policiais. A implementação efetiva dessas medidas pode encontrar desafios práticos e burocráticos, mas os dados sugerem que os próprios policiais reconhecem a necessidade de melhorias na formação, na cultura organizacional e nas políticas internas das instituições policiais. Essas ações podem contribuir para a promoção dos direitos humanos e da ética na atividade policial, beneficiando tanto os profissionais quanto as comunidades que servem.

Quanto aos maiores desafios enfrentados pela Polícia Militar ao implementar propostas de ações de direitos humanos, segundo os entrevistados foram identificados as seguintes respostas:

- Levar o direitos humanos para o lado político, achar que isso é algo da "esquerda"
- Falta de efetivo
- A quebra do dogma de que direitos humanos é só para bandido.
- Ter o preparo suficiente para enfrentar diversas situações em contextos diferentes

As respostas indicam que a implementação de propostas de direitos humanos na Polícia Militar enfrenta desafios que vão desde percepções políticas até questões práticas, como falta de efetivo e preparo adequado. A menção à associação dos direitos humanos com uma perspectiva "de esquerda" destaca a necessidade de desvincular esses princípios de polarizações políticas. Além disso, a referência à mídia aponta para a influência da opinião pública. Enfrentar

esses desafios requer um esforço significativo aplicável dos direitos humanos.

Esses resultados indicam que a maioria dos entrevistados reconhece a importância das ações de direitos humanos para promover uma atuação policial mais ética e respeitosa, mas também revelam uma parcela que pode ter dúvidas ou ressalvas. Esse é um ponto importante a ser considerado ao abordar questões relacionadas à ética e ao respeito na atuação policial, pois reflete a diversidade de opiniões e perspectivas dentro da corporação.

A alta porcentagem de entrevistados que atribuíram as violações de direitos à falta de treinamento adequado é preocupante. Isso sugere que muitos policiais podem não estar suficientemente preparados para lidar com situações delicadas que envolvem direitos humanos. Isso destaca a necessidade urgente de programas de formação que abordem questões éticas e direitos humanos, fornecendo aos policiais as habilidades e o conhecimento necessários para atuar de maneira ética.

Percebe-se que a pressão por resultados (45,2%) que podem contribuir para que a atividade policial promova violações de direitos humanos é outro fator significativo mencionado pelos entrevistados. Isso pode indicar um ambiente de trabalho em que os policiais são incentivados a produzir resultados quantitativos, como detenções ou apreensões, em detrimento do respeito aos direitos humanos. Essa pressão pode levar a escolhas éticas questionáveis e, em última instância, a violações de direitos.

A falta de Supervisão Adequada (19,4%) representa quase um quinto dos entrevistados que acreditam que a falta de supervisão contribui para violações de direitos. E os outros motivos (41,9%) percebe-se que há uma variedade de outros fatores contextuais que podem desempenhar um papel nas violações de direitos humanos, e esses fatores precisam ser explorados mais detalhadamente. É importante identificar e entender esses fatores para que medidas adequadas possam ser tomadas.

Os resultados sobre a formação educacional militar e direitos humanos e ética sugerem um consenso notável sobre a importância de incluir direitos humanos e ética na formação inicial dos policiais, com a maioria dos entrevistados acreditando que isso teria um impacto positivo. Esse reconhecimento é um passo importante em direção a práticas policiais mais éticas e ao respeito pelos direitos humanos, mas também destaca a importância da implementação eficaz dessas mudanças na formação.

Diante desse contexto como participante do curso de formação para policial militar, os entrevistados destacaram que a visão sobre o equilíbrio entre a manutenção da ordem e o respeito aos direitos individuais durante a atuação policial. As respostas indicam uma percepção geral de que o equilíbrio entre a manutenção da ordem e o respeito aos direitos individuais é

considerado importante e até mesmo ideal. Isso destaca a conscientização sobre a necessidade de cumprir a legalidade e os direitos humanos durante a atuação policial. A menção à teoria do "direito penal do inimigo" de Zaffaroni sugere um conhecimento acadêmico sobre o assunto. Além disso, a ênfase no treinamento e na capacitação demonstra o reconhecimento da importância da preparação adequada para evitar violações dos direitos fundamentais durante a atuação policial. Essas respostas refletem uma compreensão positiva do equilíbrio entre ordem e direitos individuais na atuação policial.

O equilíbrio está em cada tipo de ação e de abordagem, algumas obviamente exige uma ação mais energética contra infratores da lei, já em outras situações isso pode ser desnecessário, então a atuação do militar que não irá ferir a ética nem os direitos humanos, vai depender da ação que o infrator da lei está tomando.

Diante dessa realidade foi questionado se implementação de diretrizes claras de direitos humanos pode melhorar a confiança da comunidade na Polícia Militar. Em síntese as respostas destacam a importância da implementação de diretrizes claras de direitos humanos na Polícia Militar como um meio eficaz de melhorar a confiança da comunidade. Os entrevistados enfatizam que essa aproximação entre a polícia e a comunidade é crucial para construir a confiança e estabelecer um relacionamento mais positivo. Além disso, observa-se que as respostas refletem a crença de que diretrizes claras proporcionam segurança jurídica aos policiais militares e, ao mesmo tempo, promovem uma maior compreensão da comunidade em relação às ações da polícia.

Foi questionado também quanto a experiência ou conhecimento dos entrevistados das melhores práticas ou medida adotadas por outras corporações policiais para prevenir violações de direitos humanos.

As respostas dos entrevistados, expostas durante os resultados apontam uma série de práticas e medidas adotadas por outras corporações policiais para prevenir violações de direitos humanos. Isso inclui a ênfase na justificativa para as ações, a implementação de cursos e treinamentos em direitos humanos, o fortalecimento do relacionamento com a comunidade através do policiamento comunitário, o uso de câmeras nas ações policiais para maior transparência e prestação de contas, campanhas educativas, atualização profissional, investigações internas e preocupação com as vítimas dos crimes.

Essas ações refletem uma abordagem holística para a prevenção de violações de direitos humanos, que envolve tanto a capacitação dos policiais quanto a promoção de uma cultura de respeito e prestação de contas. A busca por conhecimento, conscientização e a preocupação com a dignidade e os direitos das pessoas são aspectos destacados nesse contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade intrínseca à relação entre direitos humanos, ética e ensino para policiais militares, a presente pesquisa buscou compreender como os ingressantes na Polícia Militar do estado de Goiás percebem as propostas de ações direcionadas aos direitos humanos no ambiente de formação. Ao longo do estudo, foi possível analisar diferentes perspectivas e abordagens que contribuem para a construção de uma atuação policial mais ética, respeitosa e alinhada com os princípios fundamentais dos direitos humanos.

A revisão bibliográfica e a pesquisa de campo revelaram a relevância de uma formação que promova não apenas a eficiência técnica, mas também a consciência ética e o respeito aos direitos humanos. A compreensão das situações descritas pelos participantes do curso de formação permitiu identificar desafios e áreas passíveis de aprimoramento nas políticas de atuação policial.

Considerando a análise triangulada dos dados obtidos nesta pesquisa sobre direitos humanos, ética e ensino para policiais militares, destaca-se a relevância das respostas dos entrevistados. A pesquisa revelou que uma parte significativa dos entrevistados reconhece a importância das propostas de ações de direitos humanos para promover uma atuação policial ética e respeitosa.

Contudo, também se observou uma parcela que expressa dúvidas ou ressalvas, indicando a diversidade de opiniões dentro da corporação. A pesquisa revelou a preocupação com situações em que a atividade policial resultou em violações de direitos humanos, destacando a necessidade urgente de programas de formação adequados.

Os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de uma abordagem holística na formação e atuação policial, priorizando o respeito aos direitos humanos e ética. A conscientização, treinamento adequado e a implementação de diretrizes claras são fundamentais para promover uma cultura organizacional que respeite os direitos fundamentais e fortaleça a confiança da comunidade na Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila Nunes de et al. **Polícia Cidadã? Um estudo da formação profissional dos policiais civis do estado de Goiás na perspectiva dos Direitos Humanos.** 2020.

ARRUDA, Ricardo José Ramos de et al. **Policiais militares de Goiás: cidadania, identidade e direitos humanos.** [Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos]. 2019.

BELMONTE, Jéssica Roberta Fernandes. **A necessidade de uma norma única no ordenamento jurídico brasileiro sobre o uso progressivo da força na atividade policial: prerrogativas e limites no exercício da profissão.** 2022.

CERQUEIRA, Homero de Giorge. Força pública, prevenção e poder de polícia como são formados e a Construção da Autoridade dos Oficiais da Polícia Militar. **Juruá Editora**, 2021.

FAGUNDES, Jose Alisson Oliveira. **Uso da força física por policiais militares no controle, enfrentamento e prevenção do crime: Um estudo na cidade de Serrinha.** 2019.

LIMA, Renato Sérgio de et al. Saber acadêmico, guerra cultural e a emergência das ciências policiais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, p. e3710805, 2022.

MARTINS, Isabel Cristina dos Santos et al. **Os desafios do ensino superior policial-militar no Brasil: um estudo de caso sobre currículos de cursos de graduação em ciências policiais.** 2022.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 607-615, 2019.

OLIVEIRA, Thiago R.; OLIVEIRA, André Rodrigues de; ADORNO, Sergio. Legitimidade policial: um modelo de mensuração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, 2019.

OLIVEIRA, Sandra Schons Lemos de; JACONDINO, Eduardo Nunes. A política educacional de formação de policiais militares: reverberações e caminhos a percorrer. **Educação & Formação**, v. 7, 2022.

ROSA, Carlos Frederico Vasconcellos Monteiro. **Polícia e Direitos Humanos: aproximações e distanciamentos.** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, Alex. **Atividade policial: aspectos jurídicos aplicados à Polícia Militar e humanização do aparato policial.** 2023.

SOUZA, Máquio Patrício Casseiro de. **O uso das metodologias ativas nos cursos de formação das polícias militares—uma discussão a partir da matriz curricular nacional.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **O sujeito da segurança pública, a garantia e a promoção dos direitos humanos e a segurança cidadã.** 2022.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado **Análise de Propostas de Ações de Direitos Humanos, Éticas e Ensino para Policiais Militares**, elaborado por Melquisedeque Martins da Costa. Este estudo tem por objetivo geral analisar as propostas de ações de direitos humanos voltadas para os ingressantes no curso de formação de policiais militares por meio de estudos literários e pesquisas em corporações policiais.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Os dados obtidos por meio dessa pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que foi explicado, aceito participar do presente Projeto de Pesquisa. Confirma o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Marcar "concordo" ou "discordo" para manifestar o consentimento de participação da pesquisa.

- CONCORDO
- DISCORDO

ANEXO II

QUESTIONÁRIO

Análise de Propostas de Ações de Direitos Humanos, Éticas e Ensino para Policiais Militares

1. Em relação à sua percepção sobre a importância das propostas de ações de direitos humanos para policiais militares, avalie o grau de concordância com a afirmação: "Propostas de ações de direitos humanos são fundamentais para promover uma atuação policial mais ética e respeitosa."

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo completamente

2. Você já testemunhou ou participou de situações em que a atividade policial resultou em violações de direitos e garantias fundamentais?

- Sim
- Não

3. Na sua opinião, quais fatores contextuais podem contribuir para que a atividade policial promova violações de direitos humanos? (Selecione todas as opções que se aplicam)

- Falta de treinamento adequado
- Pressão por resultados
- Falta de supervisão adequada
- Cultura institucional agressiva
- Outros (especificar): _____

4. Para você qual o papel da ética na atividade policial e sua relação com a promoção dos direitos humanos?

- A ética não tem influência na atividade policial ou nos direitos humanos.
- A ética é importante, mas não está diretamente relacionada aos direitos humanos.
- A ética é fundamental para a atividade policial e está ligada à promoção dos direitos humanos.
- Não tenho certeza.

5. Você concorda que a formação inicial dos policiais militares deve abordar de forma mais abrangente os temas de direitos humanos e ética? Por quê?

- Concordo totalmente, pois isso melhoraria a atuação dos policiais e a relação com a comunidade.
- Concordo parcialmente, pois isso pode ser útil, mas não é essencial para o desempenho policial.
- Discordo, pois a formação já abrange aspectos suficientes e não é necessário focar mais em direitos humanos e ética.
- Discordo totalmente, pois a formação atual já é adequada e não precisa de mudanças.
- Não tenho opinião formada sobre o assunto.

6. A partir de sua vivência, qual ação você considera a mais eficaz para promover direitos humanos e ética na atividade policial?

7. Descreva quais os maiores desafios enfrentados pela Polícia Militar ao implementar propostas de ações de direitos humanos?

8. A partir dos estudos comparados com outras corporações policiais, você acredita que adaptar estratégias de prevenção de violações de direitos humanos seria benéfico para a Polícia Militar?

- Sim
- Não
- Talvez

9. Como participante do curso de formação para policial militar, qual é a sua visão sobre o equilíbrio entre a manutenção da ordem e o respeito aos direitos individuais durante a atuação policial?

10. Você considera que a implementação de diretrizes claras de direitos humanos pode melhorar a confiança da comunidade na Polícia Militar? Por quê?

11. Com base em sua experiência ou conhecimento, mencione uma prática ou medida adotada por outras corporações policiais para prevenir violações de direitos humanos.

12. Você acredita que tais práticas (mencionadas na questão xx) ou medidas seriam aplicáveis à realidade da nossa Polícia Militar?

- Sim
- Não
- Não tenho certeza